



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

ANO 17 Nº 2
Fevereiro de 2008

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Por que a agropecuária continua sendo determinante do crescimento da economia gaúcha

Nos últimos anos, o desempenho da economia do RS tem sido muito próximo ao da economia brasileira, embora com oscilações mais acentuadas. Boa parte dele, bem como das variações da economia gaúcha, deve-se à agropecuária e ao comportamento irregular da sua produção ao longo do tempo. Como pode ser observado na tabela, de uma forma geral, pode-se dizer que, em anos em que a agropecuária apresenta um bom desempenho, a economia do Estado também o faz. Além disso, quando ocorrem supersafras nas lavouras de verão, como as dos anos de 2003 e 2007, a tendência é que a economia do RS tenha crescimento superior ao da média nacional. Assim, como as informações da agropecuária, principalmente as das lavouras de verão, são conhecidas antes de terminar o ano, elas se constituem em importantes indicadores antecedentes do desempenho do conjunto da economia estadual.

A questão, então, é saber por que, apesar de sua pequena e declinante participação no PIB estadual (aproximadamente 10%), a agropecuária continua exercendo papel tão decisivo nas taxas de crescimento do conjunto da economia. São várias as explicações que podem ser dadas, mas, neste texto, serão destacadas apenas três. Primeiro, ela conforma um importante e tradicional complexo agroindustrial no Estado, o qual inclui as indústrias a montante (máquinas e implementos, fertilizantes, defensivos, etc.), que fornecem insumos e bens de capital para a atividade agropecuária, e as indústrias a jusante (óleos vegetais, laticínios, calçados, etc.), que processam e industrializam produtos agropecuários. Esse complexo agrega uma série de outras atividades, especialmente as de transporte e comércio. Estima-se que o campo de influência desse conjunto de atividades atinja um patamar de mais de um quarto do PIB do RS.

Segundo, a agropecuária do RS tem apresentado uma balança comercial superavitária tanto nas transações interestaduais quanto nas internacionais, sendo responsável por, aproximadamente, um quarto de todo o saldo comercial do RS. Isso ocorre, porque, além de possuir uma boa *performance* exportadora, ela apresenta uma baixa dependência de importações. Como a atividade agropecuária se encontra bem distribuída no espaço geográfico, o valor de seu excedente comercial também se inclina a ser. Assim, além de contribuir diretamente para o crescimento do PIB, de acordo com os ensinamentos da teoria da base exportadora, esse excedente impulsiona outras atividades econômicas, especialmente as que se destinam a suprir os mercados locais, como é o caso da construção civil, do comércio e dos demais serviços.

Por fim, a agropecuária é a principal atividade geradora de renda de grande parte dos municípios gaúchos, especialmente dos pequenos e médios, sendo responsável por um quarto do pessoal ocupado do Estado. Uma fração dessa renda tende a ser usada nas próprias regiões, estimulando as atividades produtoras para o mercado local, como as citadas no parágrafo anterior, formando um círculo virtuoso rural-urbano nessas localidades.

Em síntese, a agropecuária continua sendo um setor importante, porque ela está fortemente interligada dentro do sistema econômico estadual. Por isso, quando ela apresenta um bom desempenho, uma série de outros setores são indiretamente beneficiados. Ademais, por ter saldo comercial positivo, injeta renda nesse sistema. Outro aspecto que a torna importante é o fato de sua produção ser mais uniformemente distribuída no espaço geográfico estadual, o que não acrescenta muito para o crescimento em si, mas o qualifica.

Taxas de crescimento da agropecuária gaúcha, do PIB do RS e do PIB do Brasil — 1987-2007

ANOS	AGROPECUÁRIA	PIB-RS	PIB-BR
1987	15,2	4,1	3,5
1989	5,0	3,4	3,2
1992	31,6	8,3	-0,5
1993	5,4	10,8	4,9
1997	4,2	6,1	3,4
1999	10,3	3,0	0,3
2001	12,4	3,1	1,3
2003	16,4	1,7	1,1
2006	19,9	2,7	3,8
2007	19,2	7,0	5,2

FONTE: IBGE.
FEE.

Adelar Fochezatto (FEE)

O expressivo crescimento das receitas federais

A arrecadação do Governo Federal no período jan.-nov./07 mostrou um crescimento real de 9,7% em relação a 2006, sendo que os impostos e as contribuições se elevaram 11%. O acréscimo mais significativo foi o do Imposto de Renda-Pessoa Física (IRPF), que subiu 48,7%, provenientes, principalmente, de ganhos de capital e lucros em bolsas de valores, no ano. Também o Imposto de Renda-Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) tiveram aumentos expressivos, de 16,4%, 14,8% e 9,7% respec-

tivamente, em função de maior lucratividade de alguns setores da economia.

Com esses resultados e com a expectativa de um maior crescimento econômico para 2008, pode-se concluir que o Governo continuará aumentando suas receitas de tributos, pois, devido à recente elevação das alíquotas do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e da CSLL, ocorrerá também um acréscimo na arrecadação. Com isso, a extinção da CPMF deverá ser parcialmente compensada.

Arrecadação das principais receitas federais no Brasil — 2006/07

RECEITAS	JAN-NOV/06 (R\$ milhões)	JAN-NOV/07 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ 2007 2006
Imposto sobre importação.....	9 972	11 612	16,4
IPI — vinculado à importação	6 053	7 271	20,1
IRPF.....	8 790	13 071	48,7
IRPJ.....	57 108	66 487	16,4
IRRF.....	64 547	67 422	4,5
CPMF.....	31 318	34 043	8,7
CSLL.....	28 482	32 694	14,8
IOF.....	6 650	7 277	9,4
Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	90 079	96 319	6,9
Subtotal	302 999	336 196	11,0
Outras receitas	205 197	221 201	7,8
TOTAL	508 196	557 397	9,7

FONTE: BRASIL/Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

NOTA: Os valores de 2006 e 2007 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV a preços de nov./07.

Maria Luiza Blanco Borsatto (FEE/CEES)

Número médio de anos de estudo no Rio Grande do Sul é de 7,5

Em uma economia em que o conhecimento se torna cada vez mais relevante na criação de valor, a média de anos de estudo da população representa um importante indicador da capacitação da mão-de-obra. Segundo o dado mais recente sobre o tema, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Rio Grande do Sul com idade acima de 15 anos possuía, em 2006, 7,5 anos de estudo em média. Na faixa etária de 18 a 49 anos, a média subia para 8,5 anos, caindo para 5,6 na população de 50 anos ou mais.

Embora o número do Rio Grande do Sul, conforme a tabela, fosse maior que o da média nacional (7,2 anos), na hierarquia dos estados brasileiros ele ocupava, em 2006, apenas a sexta colocação. A tabela mostra também que, nos últimos 10 anos, o ritmo do avanço do RS (aumento de 1,1 ano) foi o mais lento dentre os dos estados listados. Para o futuro imediato, a tendência é a de que pelo menos os Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo continuem a apresentar, em relação ao Rio Grande do Sul, uma maior velocidade de crescimento do indicador. Isto porque, para a população que em breve ingressará na estatística, que hoje está na faixa etária de 10 a 14 anos, a

média de anos de estudo apresentada pelo Rio Grande do Sul é a menor na comparação com a daqueles estados.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil e em estados com os melhores indicadores — 1996 e 2006

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL	1996	2006
Distrito Federal	7,7	9,2
Rio de Janeiro	7,0	8,2
São Paulo	6,6	8,2
Amapá	5,8	8,0
Santa Catarina	6,1	7,7
Rio Grande do Sul	6,4	7,5
Paraná	5,7	7,5
Brasil	5,7	7,2

FONTE: IBGE.

Martinho Roberto Lazzari (FEE/CIE)

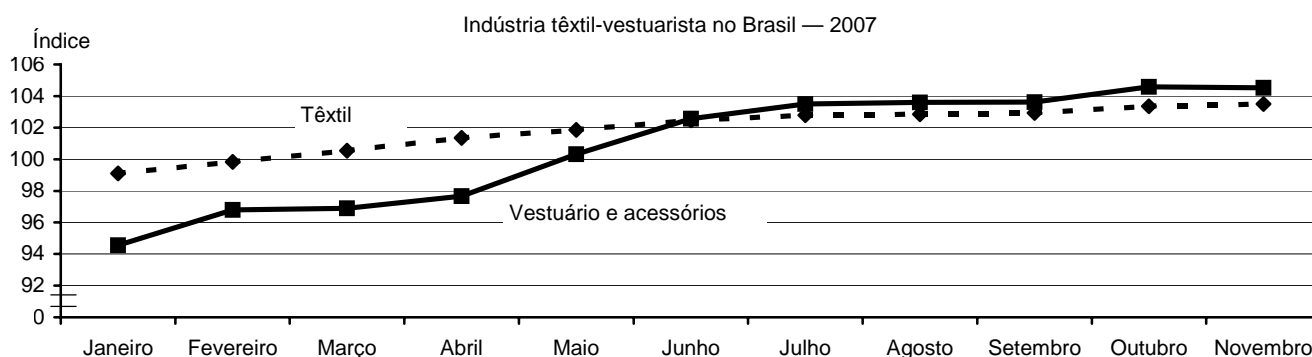
A recuperação da indústria têxtil-vestuarista é sustentável?

A indústria têxtil-vestuarista brasileira apresentou resultados positivos até novembro de 2007. No segmento têxtil, apesar dos efeitos nefastos da competitividade chinesa, a produção não deu sinais de arrefecimento, embora seu crescimento tenha se dado a taxas moderadas. O Brasil mantém suas posições de segundo fornecedor mundial de índigo (tecido *jeans*) e de terceiro de tecidos de malha, segundo a ABIT.

Por seu turno, o segmento de artigos de vestuário e acessórios, direcionado majoritariamente ao mercado interno, foi favorecido pela expansão relativa da renda da população. Na Região Sul, deve-se considerar ainda que o setor se beneficiou da ocorrência de baixas temperaturas, que durou vários meses. Esse foi um dos motivos pelos quais as malharias gaúchas entraram em franca recuperação, depois de um longo período de queda na produção (2003-06). Além disso, a fabri-

cação de artigos de malharia sofreu reformulação produtiva, sobretudo quanto ao *design*, e a produção de peças diferenciadas contribuiu para driblar a concorrência chinesa no mercado interno.

Entretanto o quadro geral favorável observado durante o ano de 2007 não garante perspectivas seguras para a indústria têxtil-vestuarista brasileira, em vista das dificuldades para enfrentar a competição com a China, maior exportador mundial do setor. Entidades representativas da área apontam como principais entraves a importação massiva de produtos chineses (parte dos quais entra ilegalmente no País) e a política macroeconômica, que, ao manter elevadas taxas de juros e câmbio valorizado, restringe o investimento e as exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que favorece as importações.



FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física.

NOTA: Índice acumulado; os índices têm como base igual período do ano anterior = 100.

Áurea Breitbach (FEE/CEES)

O aumento dos preços das exportações brasileiras em 2007

Em 2007, no Brasil, a taxa de câmbio manteve forte tendência de valorização do real. Essa apreciação não ocorreu apenas na relação real/dólar, mas também na cotação do real frente à maior parte dos principais parceiros comerciais. Assim, o preço em real da cesta de moedas dos 13 principais parceiros comerciais do País caiu 13,7% no período jan.-nov., na comparação com igual período de 2006. O fato necessariamente se constituiu num desestímulo ao aumento das exportações brasileiras. Não obstante isso, as estimativas são de que as quantidades vendidas (índice de *quantum*) até novembro tenham crescido 6,5%, enquanto o valor das vendas externas totais tenham aumentado 16,9%. O leitor já terá percebido que o preço médio das exportações se elevou significati-

vamente. Na comparação com o mesmo período de 2006, o aumento do índice de preços atingiu 9,8%. Por classe de produto, constatam-se as seguintes taxas de elevação dos preços médios: básicos, 13,1%; semimanufaturados, 11,4%; manufaturados, 7,9%. O aumento dos preços das exportações foi um fato benéfico importante por, no mínimo, duas razões bastante óbvias: primeiro, porque aumentou a receita das exportações por unidade exportada; segundo, pelo fato de que, ao remunerar melhor as vendas externas, o mercado internacional ofereceu uma compensação aos exportadores — parcial, mas não de pequena monta — pelas perdas decorrentes da apreciação do real.

Taxas de crescimento dos índices de preços das exportações brasileiras — 2004/07

ANOS E PERÍODO	EXPORTAÇÕES TOTAIS	CLASSE DE PRODUTOS		
		Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
2004	10,8	18,4	14,5	18,0
2005	12,2	14,3	11,8	-0,5
2006	12,4	9,3	18,1	12,3
Jan.-nov./07 (1)	9,8	13,1	11,4	7,9

FONTE: Funcex.

(1) Média do índice de preços de jan.-nov./07 comparada com a de igual período do ano anterior.

Roberto Marcantonio (FEE/CEES)

Um fundo soberano brasileiro

Os fundos soberanos, também conhecidos como Sovereign Wealth Funds (SWFs) ou Fundos de Riqueza Soberana, surgiram a partir de uma situação em que as reservas internacionais de alguns países ultrapassaram o volume considerado necessário e suficiente para que estes enfrentassem emergências e choques financeiros externos. São, pois, um patrimônio em moeda estrangeira, em geral aplicado fora do país. Administrados por organismo estatal, geralmente são utilizados no apoio à produção nacional ou em projetos internacionais de interesse do governo. Com a intensificação da acumulação de reservas internacionais por parte dos países emergentes, houve uma expansão desse tipo de fundo, contribuindo ainda mais para o aumento da liquidez internacional. Os SWFs não só se multiplicaram como ficaram mais agressivos e diversificaram sua carteira de investimentos, deixando de comprar apenas títulos governamentais de países desenvolvidos e passando a canalizar seus recursos para opções mais rentáveis, como a compra de imóveis, de ouro e de ações de grandes companhias, etc.

No caso brasileiro, como as reservas têm sua destinação prevista em lei e devem ser aplicadas em títulos seguros, de risco próximo a zero e, por isso, com baixa remuneração — como é o caso dos papéis emitidos pelo Tesouro norte-americano —, o dinheiro para o fundo viria de captações no exterior por meio de emissões de títulos do Tesouro Nacional e seria usado para financiar empresas brasileiras no exterior ou para comprar títulos (debêntures) de empresas estrangeiras de primeira linha, isto é, bem administradas e rentáveis.

Mesmo que fosse possível utilizar as reservas via mudança na legislação, essas ainda seriam insuficientes para cobrir os compromissos da dívida externa, e, se fossem utilizadas em aplicações de maior risco e menor liquidez, o Risco-País poderia disparar, elevando o custo de captação externa. Enquanto, em setembro de 2007, a dívida externa acrescida dos empréstimos intercompanhia era de US\$ 238 bilhões, as reservas atingiam US\$ 163 bilhões, representando 68% da dívida. Esse não é o caso dos países emergentes que possuem fundos soberanos e cujas reservas ultrapassam o valor de sua dívida externa. A China, por exemplo, tem reservas de US\$ 1,3 trilhão e uma dívida externa estimada em US\$ 300 bilhões.

Ainda que o Tesouro fosse o encarregado de captar os recursos, estaria subtraindo-os das reservas, já que estas deixariam de aumentar. Além disso, se, para adquirir esses dólares, o Tesouro tivesse de emitir títulos públicos no exterior, a dívida externa pública cresceria na mesma proporção, o que exigiria também a compra de mais reservas, para que a equivalência entre estas e a dívida se mantivesse. E, caso o Tesouro resolvesse comprar os dólares provenientes das exportações ou dos investimentos estrangeiros aqui realizados, precisaria de recursos orçamentários para fazê-lo, o que também é problemático.

Desse modo, embora importante e necessária, a criação de um fundo soberano pelo Brasil, no momento, parece prematura e só deveria ocorrer quando a relação reservas/dívida externa fosse bem maior do que a unidade.

Reservas cambiais brasileiras no exterior — 2000-07

(US\$ milhões)

ANOS E PERÍODOS	RESERVAS INTERNACIONAIS
2000	33 011
2001	35 866
2002	37 823
2003	49 296
2004	52 935
2005	53 799
2006	85 839
Jan.-set./07	162 962
Jan.-dez./07	180 334

FONTE: Bacen.

Teresinha Bello (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 27.01.08).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adelar Fochezatto
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição
Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração
Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto.

Revisão
Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria
Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.
Expedição: Lisete Maria Giroto.